



IMPrensa ALTERNATIVA, POPULAÇÃO DE RUA E A VISIBILIDADE DOS “INVISÍVEIS”: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS *STREET PAPERS* E O JORNAL *O TRECHEIRO*

Nara Lya Simões Caetano Cabral¹

RESUMO: Nas últimas décadas, temos assistido ao surgimento de publicações (muitas denominadas “street papers”) que pretendem constituir um canal de visibilidade para a população de rua. Sob uma perspectiva histórica, este artigo estuda o surgimento dessas experiências, tendo como foco central o jornal *O Trecheiro*, um projeto peculiar dentre os street papers, já que suas pautas voltam-se exclusivamente à realidade da população de rua e de grupos marginalizados. Assim, procuraremos compreender como se dá a representação da população de rua nesse veículo, caracterizada por algumas estratégias principais: afirmação de uma memória coletiva; humanização do sujeito; e ocupação de espaços do jornal por pessoas em situação de rua.

PALAVRAS-CHAVE: *Jornalismo alternativo; População de rua; Rede Rua de Comunicação; Street papers; O Trecheiro.*

¹ Graduada em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). E-mail: naralyacabral@yahoo.com.br.

Introdução

Ao longo das duas últimas décadas, em várias partes do mundo, assistimos ao surgimento de diversos jornais e revistas – muitos dos quais se denominam “*street papers*” – voltados à realidade de pessoas em situação de profunda exclusão social, tendo como objetivo central a constituição de um canal de expressão para a população de rua, “espaços para os marginalizados ecoarem suas vozes” (Rozendo, 2011: 1). Em alguns casos, essas publicações visam também à geração de renda, sendo vendidas por pessoas em situação de rua, que podem ou não participar de sua produção.

Há, em língua portuguesa, pelo menos cinco publicações desse tipo. Entre elas, uma é veiculada em Portugal (revista *Cais*, de Lisboa, fundada em 1994) e quatro são brasileiras: *Aurora da Rua*, de Salvador, jornal publicado desde 2007; *Boca de Rua*, de Porto Alegre, jornal lançado em 2000; e, em São Paulo, o jornal *O Trecheiro* e a revista *Ocas*’, criados em 1991 e 2002, respectivamente (Resende e Acosta, 2011: 220).

Com exceção apenas d’*O Trecheiro*, os demais periódicos citados são filiados à *International Networking of Street Papers* (INSP)², única rede internacional de *street papers*. É importante observar, nesse caso, que a denominação “*street paper*” aparece como um termo específico para denominar as publicações que têm, como um de seus objetivos, a proposta de gerar renda para populações de rua. Para divulgar e fortalecer essa proposta editorial, a INSP reúne países desenvolvidos e em desenvolvimento, “investindo na troca de conhecimentos e experiências entre as partes envolvidas nos processos de produção, compra e venda destes periódicos” (Rozendo, 2011: 2).

Como proposta editorial, os *street papers* surgiram no início dos anos 1990 com o lançamento da revista *The Big Issue*, em Londres, e logo se espalharam pelos cinco continentes. Assim, a publicação inglesa impulsionou o surgimento de vários outros projetos que, por meio do processo de compra e venda das edições, procura estabelecer relações entre sujeitos de níveis sociais diferentes (Rozendo, 2011: 2).

² A informação está baseada na lista de publicações filiadas à *International Networking of Street Papers* disponibilizada no próprio site da INSP. Disponível em: <http://www.street-papers.org/our-street-papers>. Acesso em 24 jul. 2012.

Nesse modelo, as publicações são vendidas para o público por pessoas em situação de rua. Em geral, os vendedores recebem gratuitamente os primeiros exemplares da publicação a ser vendida, adquirindo os demais por um valor reduzido. O jornal ou revista é, então, comercializado nas ruas pelo valor de capa e o vendedor fica com o dinheiro da venda.

Além da proposta de geração de renda, os *street papers* podem representar, a partir do estabelecimento de relações diretas entre sujeitos de diferentes níveis sociais, o avanços no sentido de quebrar preconceitos. Outra possibilidade criada por este tipo de publicação diz respeito à mobilização de grupos em situação de vulnerabilidade social envolvidos com a venda e/ou produção dos periódicos. Segundo Resende e Acosta:

[...] Ao mesmo tempo em que as temáticas abordadas nos textos publicados tratam de humanizar as pessoas em situação de rua – o que é relevante nas sociedades contemporâneas, em que o problema tornou-se invisível – esses jornais e revistas também têm o duplo mérito de possibilitar renda e de criar uma comunidade em torno de objetivos comuns (Resende e Acosta, 2011: 220).

Em relação ao modelo dos *street papers*, o jornal *O Trecheiro*, foco principal deste estudo, apresenta uma dinâmica um pouco diferente. Isso porque se trata de um periódico de distribuição gratuita, que não possui, portanto, o objetivo de geração de renda. A tal dado, estão relacionadas também especificidades em termos de linha editorial. Isso porque nos *street papers* que objetivam a geração de renda por meio da venda realizada por moradores de rua, em função de se tratarem de publicações destinadas a um público amplo e diversificado, as matérias publicadas abarcam uma grande diversidade temática. Nesse escopo, costuma-se abarcar a questão da precariedade social, mas as pautas não se restringem a esse assunto. Já n’*O Trecheiro*, observamos uma proposta diferente, já que todas as pautas são voltadas à realidade da população em situação de rua e a assuntos correlatos.

Publicado desde 1991, *O Trecheiro* é um jornal de periodicidade mensal criado por iniciativa associada ao Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) e à Rede Rua, que atua em São Paulo desde a década de 1980 com o objetivo de promover ações de comunicação voltadas aos excluídos e desenvolvidas a partir deles. Nesse âmbito, insere-se a proposta de documentar e assessorar a comunicação de movimentos e grupos sociais e populares (Resende e Acosta, 2011: 221).

Com isso em vista, a escolha do jornal *O Trecheiro* como objeto de análise justifica-se, justamente, pelas particularidades representadas por esse periódico. Tais especificidades, como vimos, dizem respeito à trajetória do jornal (vinculada à Rede Rua e ao MNPR, inserindo-se em um contexto mais amplo de iniciativas na área da comunicação voltadas à população de rua) e à sua proposta editorial (com pautas que abordam, como tema central, a situação de rua).

O povo da rua e a criação d'*O Trecheiro*

Como nota Cloves Reis da Costa, em sua dissertação de mestrado, o número de pessoas em situação de pobreza e miserabilidade cresceu significativamente no Brasil no contexto de modernização iniciado no governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek e intensificado com a ditadura militar. Nos anos 1980, segundo dados da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), órgão ligado à ONU, 40% da população brasileira eram considerados pobres e, 18%, indigentes (Simões Júnior, 1982: 11 *apud* Costa, 2010: 84).

4

Vale notar que, mais tarde, o enfraquecimento do papel do Estado na economia verificado ao longo dos governos democráticos que se seguiram à implantação da Constituição de 1988 também colaborou para o agravamento desse quadro de pauperização de parcelas da sociedade (Costa, 2010: 85).

Nessa conjuntura, com o aumento da concentração de renda e das disparidades sociais, os problemas sócio-econômicos do país eclodiram em grande medida nos centros metropolitanos, como resultado das más condições de vida urbana, dada a precarização das condições de trabalho, moradia e saúde. Com efeito, verificou-se um crescimento no número de pessoas a viver nas ruas das grandes cidades brasileiras, habitando logradouros públicos, áreas degradadas ou, ainda, pernoitando eventualmente em albergues públicos ou em centros de assistência social (Costa, 2010: 86).

Devemos, aqui, abrir um parêntese para observar que, não obstante a redução dos índices de miserabilidade observada nos últimos anos no Brasil, o número de pessoas vivendo em situação de pobreza ou extrema pobreza é, ainda, muito significativo. Segundo informações da Cepal relativas ao ano de 2009, 24,9% da

população brasileira são considerados pobres e, 5,5%, extremamente pobres ou indigentes³. O número de pessoas em situação de rua no país e, mais especificamente, em São Paulo, é também elevado: de acordo com dados de 2009 levantados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), 13.666 pessoas vivem nas ruas ou pernoitam em albergues da cidade – 4.960 a mais que no último censo, em 2000⁴.

Ao contexto de emergência da população em situação de rua na cidade de São Paulo, no final dos anos 1980, remontam as iniciativas que dariam origem a O *Trecheiro*, com a criação do Centro de Documentação e Comunicação dos Marginalizados (CDCM) – atual Associação Rede Rua –, organização não-governamental criada a partir de grupos religiosos e inicialmente ligada à Teologia da Libertação.

Diversas secretarias e pastorais da Igreja Católica, juntamente com outras igrejas cristãs, como as igrejas Metodista e Luterana, e os emergentes movimentos sociais da sociedade civil na cidade de São Paulo, preocupados com as situações de exclusão social [...], começam a enxergar uma crescente parcela de pessoas vivendo em situação de rua (Costa, 2010: 96).

Nesse quadro, o Centro de Documentação e Comunicação dos Marginalizados é fundado, em 1989, enquanto proposta de pastoral com o objetivo de preencher a lacuna deixada pela ausência quase completa de espaços nos veículos de comunicação voltados à discussão sobre a situação da população de rua. Assim, referindo-se ao trabalho de pastorais e movimentos sociais junto às pessoas em situação de rua, o projeto do CDCM dizia: “Uma das dificuldades diz respeito à eficácia do anúncio-denúncia, ou seja, fazer com que a realidade vivida sensibilize e conquiste espaço nos meios de comunicação” (Projeto CDCM *apud* Costa, 2010: 98).

Na descrição do projeto, a ideia de criar o Centro de Documentação e Comunicação dos Marginalizados é referida como “uma proposta de comunicação a partir dos excluídos”. Com isso em vista, os principais objetivos do CDCM diziam respeito ao acompanhamento e à documentação de grupos em situação de

³ Informações extraídas do Anuário Estatístico relativo à América Latina e ao Caribe divulgado em 2011 pela Cepal. Disponível em: http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/7/45607/LCG2513b_1.pdf. Acesso em 27 Jan. 2012.

⁴ Informações citadas entre os resultados da pesquisa acerca do perfil socioeconômico da população de rua de São Paulo, baseada em levantamento relativo ao ano de 2009. Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/cotidiano/2010/05/31/censo-populacao_em_situacao_de_rua.pdf. Acesso em 27 Jan. 2012.

vulnerabilidade social (presidiários, mulheres marginalizadas, moradores de rua), bem como de suas organizações, divulgando suas ações e construindo uma memória dos marginalizados.

Nesse sentido, foram adotadas ações de comunicação ligadas ao uso de plataformas em vídeo e impressas, além da catalogação de artigos publicados em jornais e revistas e de produção fotográfica. Deu-se início à produção de materiais educativos, à realização de ações diretas (como o Cine Rua, que promovia a projeção de filmes em praça pública) e, também, à publicação do jornal *O Trecheiro* (Costa, 2010: 99).

Em 1994, o Centro de Documentação e Comunicação dos Marginalizados tem seu nome alterado para Rede Rua de Comunicação e, em 1998, funda-se a Associação Rede Rua (incorporando a Rede Rua de Comunicação enquanto projeto na área de comunicação), entidade civil que desenvolve projetos sociais voltados a pessoas adultas em situação de rua na cidade de São Paulo (Costa, 2010: 100). Nesse sentido, dentre as propostas da Associação – e como herança do CDCM – ocupam papel fundamental as atividades ligadas à comunicação, à documentação da vida da população de rua, à divulgação e denúncia de sua realidade, bem como à construção de sua memória.

6

A criação d’*O Trecheiro* teve como ponto de partida o *Jornal da Rua* – iniciativa ligada à Congregação do Verbo Divino, com seis edições produzidas entre 1989 e 1990. Idealizado com o objetivo de transformar em boletim o relatório da Missão entre os Sofredores da Rua (encontro anual promovido pela Comunidade Sofredores da Rua), o *Jornal da Rua* foi abraçado em 1991 pelo Centro de Documentação e Comunicação dos Marginalizados, passando a se chamar *O Trecheiro*.

A escolha do título, de acordo com Alderon Pereira da Costa, atual editor e um dos fundadores do jornal, nasceu do interesse em dar à publicação um nome que se aproximasse da realidade dos excluídos socialmente. Segundo ele, em entrevista concedida a Cloves Reis da Costa: “Quando se constituiu o CDCM como grupo, achamos que o jornal buscava uma coisa mais criativa e que identificasse o jornal com a população de rua”. É interessante notar, nesse sentido, que as pessoas em situação de rua, naquela época, denominavam-se “trecheiros” – alusão ao fato de viajarem muito, em geral a pé, pelo país (Alderon Costa *apud* Costa, 2006: 109).

O *Trecheiro* surge, pois, como forma de relato e registro da memória e de acontecimentos ligados à vida nas ruas. Atualmente, com tiragem de 5 mil exemplares, o jornal é publicado em formato *standard*, com quatro páginas (sendo a primeira e a última coloridas). Os responsáveis por sua produção são profissionais voluntários, geralmente das áreas de Comunicação e Serviço Social.

Além disso, a ordem religiosa Paulus (Pia Sociedade de São Paulo) contribui financeiramente para a impressão. Distribuído gratuitamente sobretudo em albergues, casas de convivência, centros comunitários, igrejas, ruas e praças, *O Trecheiro* procura alcançar, como principal grupo de leitores, a própria população em situação de rua (Costa, 2006: 110).

Representações da população de rua

Traçadas algumas breves considerações a respeito da história do jornal *O Trecheiro*, podemos tentar agora compreender como se constroem as representações da população de rua nessa publicação. Para tal, embasamo-nos na observação das edições do jornal veiculadas ao longo de um ano, entre junho de 2010 e maio de 2011⁵.

7

Entendemos que a representação da população de rua no veículo em foco neste trabalho se dá a partir de algumas estratégias principais, a saber: afirmação de uma memória coletiva; humanização do sujeito; e ocupação de espaços do jornal por pessoas em situação de rua. Passaremos, nos próximos subitens, à abordagem detalhada de cada um desses mecanismos.

a) Afirmação de uma memória coletiva

Um primeiro traço marcante da abordagem da realidade da população de rua n'O *Trecheiro* é o constante empenho em invocar e afirmar uma memória coletiva desse grupo e de outros grupos marginalizados.

⁵ Para as finalidades deste estudo, foram lidas as edições 188 a 197 d'O *Trecheiro*, publicadas em junho, julho, agosto, setembro, novembro e dezembro de 2010, e janeiro, março, abril e maio de 2011. A partir da leitura desses números da publicação, pudemos identificar algumas formas de representação da população de rua recorrentes no jornal em foco, bem como alguns espaços e seções fixas que se repetem ao longo das edições.

Essa estratégia, que permeia muitas notícias veiculadas pela publicação, aparece de forma mais evidente na seção fixa “Túnel do Tempo”, que é incorporada ao jornal durante o ano de 2011 em comemoração aos vinte anos d’*O Trecheiro*. Trata-se de uma seção que se destina a resgatar episódios marcantes da história do “povo da rua”, de grupos marginalizados e de movimentos sociais.

De modo correlato, a seção “Túnel do Tempo” também resgata a história do próprio *O Trecheiro* a partir da referência a trechos de notícias antigas do jornal. Vejamos o exemplo abaixo, extraído da edição de março de 2011:

Túnel do tempo

— Cleisa Rosa

“Brás: mais uma Casa de Convivência”

“Uma grande festa marca a inauguração (1992), neste dia 20 de março, da nova Casa de Convivência do Brás. A casa foi construída em 8 meses pela Prefeitura de São Paulo. Vai estar sob a responsabilidade do Centro Social do Parque Fernanda (hoje Associação Rede Rua). O horário de funcionamento é de 2ª a 6ª feira, das 9h30 às 17 horas. Ali não será servido o sopão. Futuramente, a equipe pretende distribuir a sopa diretamente na rua”. (*O Trecheiro*, Ano 2, nº 8, março/1992).

Esta matéria de capa aponta que a finalidade principal deste serviço é, segundo Lenir Albuquerque, coordenadora da casa, um “local de passagem e de organização do povo da rua a partir de suas diferenças”.

Assim, há 20 anos, já se falava de um perfil heterogêneo, de diferenças entre as pessoas em situação de rua, do uso provisório dos serviços e de suas condições de organização. A bem da verdade, há mais ou menos 30 anos, as Missões — manifestações de rua organizadas pela OAF-SP (de 1979 a 1991) estimulavam a participação e mobilização de pessoas em situ-

ação de rua como possibilidades de saídas e de superação da dura realidade das ruas e mostravam que o “povo da rua” tinha condições de se organizar.

Essa casa de convivência, a primeira construída pelo poder público municipal, ficou conhecida como Casa da Erundina e funcionou até março de 2000. Permaneceu fechada por um bom tempo, foi ocupada por movimento de moradia e reaberta no final do governo de Marta Suplicy (2001-2004) não mais como casa de convivência, mas como bagageiro e continua com esta destinação até hoje.



Imagem 1 – “Túnel do Tempo” (número 195 - março de 2011).

No caso da coluna “Túnel do Tempo” em questão, relembra-se a inauguração da Casa de Convivência do Brás, ocorrida vinte anos antes da publicação da matéria,

partindo-se de uma notícia veiculada, na época, pelo próprio *Trecheiro*. É interessante notar, nesse sentido, que a matéria parte de um episódio pontual para resgatar uma trajetória de mobilização da população de rua, marcada por ações que, segundo a própria notícia, “mostravam que o ‘povo da rua’ tinha condições de se organizar” (Rosa, março/2011: 1).

Essa estratégia de invocar fatos do passado a fim de construir uma memória que reúna e com a qual possa se identificar toda uma coletividade aparece em diversas notícias publicadas em diferentes seções d’*O Trecheiro*. Cabe observar, pois, que, no caso desta análise, salientamos o caso da coluna “Túnel do Tempo” apenas porque, nela, a invocação de uma memória coletiva aparece como proposta central dos textos e é, pela própria proposta da seção, anunciada de antemão.

Dessa forma, em todos os textos veiculados nas seções “Túnel do Tempo” presentes em edições d’*O Trecheiro* publicadas no período em foco neste trabalho, procura-se afirmar uma trajetória de luta e mobilização por parte do povo da rua. Na edição de abril de 2011, por exemplo, aborda-se a participação de moradores de rua em uma marcha do Movimento dos Sem-Terra (MST) – a “Marcha da Esperança” –, que, em 1997, fora a Brasília manifestar (Rosa, abril/2011: 3).

De modo similar, a coluna “Túnel do Tempo” da edição d’*O Trecheiro* de maio de 2011 relembra a movimentação, em 1998, de movimentos sociais e entidades voltadas à população de rua em torno do “Dia de Luta do Povo da Rua”. Tomando esse dado como ponto de partida, a matéria aborda, sob uma perspectiva histórica, o surgimento da data, as reivindicações da população de rua e a atuação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) (Rosa, maio/2011: 3).

Em todos esses casos, o que está em jogo é o objetivo de construir e afirmar uma memória da população de rua enquanto grupo – isto é, enquanto coletividade – e cujo principal traço distintivo é a mobilização para a luta social e transformação de sua realidade, sem perder de vista a contribuição dos movimentos sociais.

Busca-se, dessa forma, a partir da remissão a uma memória coletiva, afirmar uma representação do “povo da rua” como socialmente engajado, sujeito de sua história e orientado pela busca de justiça social e melhores condições de vida.

b) Humanização e visibilidade do sujeito

Além do empenho em afirmar uma memória coletiva, outro traço marcante da forma como a realidade da população de rua é representada nas páginas d'O *Trecheiro* diz respeito à humanização e à busca de visibilidade do sujeito. Nesse sentido, as pessoas em situação de rua são apresentadas como protagonistas de suas vidas, responsáveis pela condução de transformações sociais e individuais.

De modo geral, esse traço permeia, em maior ou menos medida, todas as notícias veiculadas pelo jornal que apresentam, como personagens, pessoas que vivem nas ruas. Não obstante, a busca pela humanização dos sujeitos aparece com mais evidência na seção "Vida no Trecho", que se destina a traçar breves perfis de moradores ou ex-moradores de rua. Vejamos um exemplo, extraído da edição de abril de 2011:

VIDA NO TRECHO

Só se deixar passar batom!

Uma história de superação do crack na reconquista de si e de suas perdas.

— Alderon Costa

"Eu vim aqui em São Paulo para conhecer a Cracolândia. Trabalhava. Sou operadora de empilhadeira. Tive um problema com minha mãe e não consegui viver com ela. Lá em Rio Claro, já tinha começado a usar crack. Vi pela televisão e fiquei curiosa de conhecer os 'psico' e os 'nóias'. Eles com aquelas cobertas vagando pelas ruas me deu muita curiosidade. Conheci a Cracolândia, mas acabei conhecendo, também, o Centro de Acolhida Santa Cecília".

Assim começou a conversa com Patrícia Muniz da Silva de 39 anos, natural de Rio Claro (SP) e que esteve em situação de rua por quatro meses e agora, com o trabalho do Centro de Acolhida está num processo de saída da rua e reestruturação de sua vida. "Já tem um mês que não estou usando droga. Mas, estou tendo um acompanhamento e não estou na rua. Moro num apartamento com um companheiro, estou fazendo entrevistas de emprego, pois quero trabalhar e estudar", declarou Patrícia.

As causas de ela ter chegado aonde chegou podem ser várias, mas a que mais a incomoda está relacionada a conflitos

Fotos: Alderon Costa/Rede Rua



familiares, em particular, com sua mãe. Ela fala de seus três filhos com muito carinho, mas o pequeno de quatro anos ela o quer de volta. "Eu quero de volta o que é meu!"

Patrícia se sentiu acolhida no Centro e se lembra das conversas com os funcionários. "As meninas ajudam a gente. Elas não ajudam só a ter um espaço para você passar o dia para não ficar na chuva ou no frio. Se você precisa de um abraço, um conselho, elas dão. Meio que viram a família da gente. Quando precisa, também, elas deixam a gente de castigo. Não deixa tomar banho, entrar no espaço, tem umas normas aqui também", lembrou Patrícia.

Quando perguntada o que a ajudou a sair dessa situação, a resposta vem fácil. "Para falar a verdade mesmo, foi a acolhida das meninas (funcionárias) aqui do Centro. Se você conversa com a família, eles não entendem isto. Aqui as pessoas estão preparadas para receber esses 'loucos', esses usuários de drogas, os 'psico', os 'nóias', os 'radiados' e os 'bêbados'. Insisti na pergunta e veio outra resposta para completar a primeira. "Quer saber de uma coisa, eu voltei a me amar. Eu preciso perdoar as pessoas e eu também", concluiu Patrícia. Ao solicitar para tirar uma foto, ela reagiu: "Só se você deixar passar batom primeiro. Mulher é assim!"

Imagem 2 – "Vida no Trecho" (número 196 - abril de 2011).

Na matéria, assinada por Alderon Costa, procura-se traçar um perfil de Patrícia Muniz da Silva, que viveu nas ruas por quatro meses e, no momento em que concedeu a entrevista para o jornal, conseguia reestruturar sua vida. Como diz o subtítulo do texto, trata-se de “uma história de superação do crack na reconquista de si e de suas perdas”: ou seja, o que se busca fazer na matéria é reconstituir a trajetória de reconstrução da identidade de um indivíduo – a “reconquista de si”, de que fala o subtítulo.

Desse modo, o texto aborda o caminho percorrido por Patrícia, que deixa as ruas e o vício em crack e consegue se reinserir na sociedade. Esse percurso nos é apresentado como o próprio trajeto de transformação do indivíduo em sujeito, isto é, em agente transformador de sua própria história.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que afirma que o apoio dos funcionários do Centro de Acolhida Santa Cecília foi fundamental para que Patrícia deixasse as ruas, a matéria enfatiza a força de vontade da entrevistada como fator decisivo à modificação de sua história. Assim, a respeito do que motivara Patrícia a sair da situação de rua, o autor do texto afirma: “Insisti na pergunta e veio outra resposta, para confirmar a primeira [relativa ao papel do Centro de Acolhida]. ‘Quer sabe de uma coisa, eu voltei a me amar’” (Costa, abril/2011: 2).

11

Simultaneamente a esse movimento de concessão de visibilidade ao sujeito, as matérias d’*O Trecheiro*, de modo geral – e, notadamente, aquelas veiculadas na seção “Vida no Trecho” –, procuram construir uma representação humanizada de pessoas em situação de rua.

Esse traço fica muito evidente, no caso do texto que trazemos como exemplo neste artigo, na seguinte passagem: “Ao solicitar para tirar uma foto, ela [a entrevistada, Patrícia Muniz da Silva] reagiu: ‘Só se você deixar passar batom primeiro. Mulher é assim!’” (Costa, abril/2011: 2). Nessa frase, o que seria um dado corriqueiro nos bastidores de uma entrevista e, a princípio, irrelevante do ponto de vista informativo é invocado como mecanismo de reforço da subjetividade da personagem.

O que está em jogo, aí, é a ideia de que Patrícia – que já viveu nas ruas e foi viciada em crack – é vaidosa como qualquer outra mulher, independentemente de sua situação social. É como se o jornal buscasse mostrar, por meio de seus textos, que, por

detrás dos indivíduos que vemos dormindo pelas calçadas das grandes cidades todos os dias, existem pessoas com histórias, pensamentos e emoções singulares.

Esse gesto de devolução da subjetividade às pessoas que vivem nas ruas constroi uma representação muito diversa daquela pautada em números e estatísticas relativas à população de rua e largamente explorada nos meios de comunicação comerciais. O que vemos, pois, n’*O Trecheiro*, é um empenho em desconstruir uma representação homogeneizante e bastante difundida acerca dos moradores de rua, de modo a retratar esse grupo para além de abordagens meramente estatísticas, mostrando-o como composto por pessoas que têm “rostos” e carregam diferentes histórias de vida.

c) Registro do cotidiano e relatos da população de rua

Por fim, queremos destacar ainda, neste artigo, um terceiro aspecto marcante da forma de tratamento conferido à realidade da população de rua no jornal *O Trecheiro*. Trata-se da presença, nas páginas do jornal, de espaços preenchidos diretamente por relatos de pessoas em situação de rua, de modo a registrar aspectos do cotidiano desse grupo, seus anseios, protestos e demandas.

12

Tratam-se de espaços em que a palavra é concedida diretamente a pessoas em situação de rua, que constroem representações de sua própria realidade. Não obstante as notícias d’*O Trecheiro*, de modo geral, tenham indivíduos em situação de risco como fontes fundamentais de informação, conferindo às suas reivindicações espaços significativos em muitos textos, a ocupação direta de espaços do jornal por representantes desse grupo ocorre centralmente, nas edições publicadas ao longo do período em foco neste trabalho, na seção “Direto da Rua”.

Nesse sentido, Cloves Reis da Costa observa que *O Trecheiro* procura conceder espaços e oportunidades “para o envolvimento da população em situação de rua no processo comunicacional” a fim de garantir a pluralidade de ideias e a participação popular, criando pautas e seções próprias para a participação do referido segmento da população (Costa, 2010, 137).

O espaço “Direto da Rua” surge, justamente, a partir dessas preocupações. Em entrevista concedida a Cloves Reis da Costa, Alderon Costa, então editor d’O *Trecheiro*, relata que:

O jornal sempre teve a preocupação de como as pessoas em situação de rua podiam participar do jornal e a gente foi respondendo. Alguns, que conhecemos no meio do caminho e que gostavam de escrever, convidamos para escrever, principalmente, poemas... Aí foi criada a seção *Direto da Rua*, onde a população de rua é que escreve (Alderon Costa *apud* Costa, 2010: 137).

Nessa seção, são publicados pequenos textos redigidos por pessoas que vivem nas ruas, integrantes de outros grupos marginalizados e, algumas vezes, representantes de movimentos sociais diretamente envolvidos com a realidade da vida nas ruas. Em alguns casos, as matérias são assinadas com pseudônimos, como no exemplo a seguir, extraído da edição de novembro de 2010:

DIRETO DA RUA

Salvador d’acolá, em situação de rua

Cotidiano

O que deprime ainda mais as pessoas acolhidas atualmente nos albergues, fora o fato de estarem necessitadas do sistema assistencialista paulista falido (em eficiência, não financeiramente) é a frieza das respostas negativas da maioria dos incapacitados trabalhadores sociais. Só dizem o que não pode, esquecendo das funções de orientação e educação assumindo um papel de bedel de escola infantil, agindo de forma equivocada com adultos fragilizados pela nossa sociedade capitalista onde é mais importante ter do que ser.

A acolhida que qualquer família cristã faria se não terceirizasse a solidariedade, torna-se a porta de entrada de lugares insalubres, com toda espécie de desumanidades: surto de parasitas (nuquiranas e carrapatos nas camas e baratinhas no refeitório), banheiros entupidos, fétidos e sem manutenção, maus-tratos de funcionários soberbos. Os albergues que são, na verdade, a tão falada PPP (parceria público privada) administradas por ONGs, prestam esse péssimo serviço mesmo tendo um bispo como presidente de honra como é o caso da Croph que cuida do

Portal do Futuro, onde estamos acolhidos. Muitas pessoas simplesmente desistem diante de tamanho desserviço e vão para a rua, ou são convidadas a ir, por livre e espontânea pressão. Foi o que aconteceu com nossa colega dona Rosa que reclamava do roubo de sua bolsa com seu novo rádio que lhe custou R\$25,00.

A monitora Eliana chamou a polícia. Primeiro veio a PM e não resolveu nada. Quando fui falar com o soldado ele só disse: “Entra! Não dando abertura para nenhum tipo de diálogo. Depois veio a GCM que dizem já ter um batalhão treinado para lidar com as questões da população em situação de rua. Chegaram gritando com dona Rosa e com a truculência comum como procedimento operacional

“Se quiser pode ir com ela”, disse o “educador” Carlos.

Nesse momento não adianta mais nada além da resignação. Nem tendo um colega que se diz delegado de direitos humanos e não faz nada para amenizar um pouco essa indignação.

Como somos ignorantes! Não sabemos nossos direitos nem quem pode defendê-los. Passou da hora de encontrarmos soluções para essa problemática social. Urge a organização da população de rua para que sejamos protagonistas neste momento de transição civilizatória cujo atual presidente assinou em 22/12/2009, o decreto-lei nº 7053 e a cidade de São Paulo tem a Lei 12.316/97.

Precisamos tomar consciência no que é ser um cidadão de direitos, deveres e ir deixando o hábito nefasto de ficar reclamando de nós para nós mesmos. Já temos a ouvidoria comunitária para nos ouvir. Vamos responder a essa pré-conceituosa sociedade paulistana com todo nosso esforço na organização desse que será o 7º Natal Solidário, o último do governo Lula. Vamos dizer que temos educação, papo reto e muita vontade de trabalhar nesta São Paulo que nos acolhe com uma política pública de higienização e nos considera uma “mancha na paisagem urbana”.



Foto: Salvador d’acolá

Imagem 3 – “Direto da Rua” (número 192 - novembro de 2010).

Como o título evidencia, o texto em questão aborda o cotidiano de pessoas em situação de rua que frequentam albergues de São Paulo, relatando as dificuldades encontradas por seus usuários e o despreparo de seus funcionários, ao mesmo tempo em que busca refletir sobre políticas públicas voltadas a esse setor.

De modo correlato, outros textos da seção “Direto da Rua” tratam de temas como, por exemplo, os serviços de assistência social voltados à população de rua (como na edição 185, de janeiro de 2010), trazem poemas escritos por moradores de rua a respeito de seu cotidiano, apresentam reflexões em torno da falsa “ilusão de liberdade” de viver nas ruas (edição 191, de setembro de 2010) etc.

Em todos esses casos, o que está em jogo é a apresentação de um “olhar” acerca da realidade da população de rua traçado por aqueles que vivenciam ou estão em contato direto com tal realidade. Com efeito, os relatos publicados, ao abordarem assuntos cotidianos e temas de interesse desse segmento da população, estabelecem maior aproximação e maior possibilidade de identificação do jornal com os sem-teto – que, como vimos anteriormente, constituem o principal público leitor d’*O Trecheiro*.

14

Considerações finais: identidade em movimento

Feitas as reflexões que até aqui empreendemos acerca do jornal *O Trecheiro*, devemos observar que um traço marcante da abordagem da temática da vida na rua que permeia, em maior ou menor medida, as pautas da publicação diz respeito à representação do indivíduo em situação de rua como “senhor de seu destino”, isto é, sujeito de sua própria história, agente transformador da sociedade e/ou de sua vida.

Esse enfoque está implicado nos casos das três estratégias principais de representação da população de rua abordadas neste artigo: seja por meio da ocupação de espaços do jornal – de modo que, ainda que apenas em seções específicas, pessoas em situações de rua podem conduzir as próprias narrativas –; seja a partir da representação da população de rua como voltada à mobilização coletiva, no plano social, e capaz de conduzir transformações na vida de cada um, em um plano individual.

É interessante notar, neste ponto da discussão, que as representações da população de rua n’*O Trecheiro* são construídas sobre um duplo movimento de “coletivização”, de um lado, e “individação”, por outro.

A ideia da coletividade – que aparece muito claramente nas matérias que buscam afirmar uma memória coletiva, como vimos – remete à mobilização social de setores marginalizados, buscando transformações que passam pela reivindicação de justiça social e discussão de políticas públicas. Nesse caso, busca-se estabelecer a identificação da população de rua com um discurso compartilhado de crítica e resistência social.

Já o movimento de individação – que, como vimos, é muito evidente em matérias que traçam perfis de moradores e ex-moradores de rua – está relacionado a um efeito de humanização, no sentido de se opor à predominante reificação que marca grande parte das abordagens sobre a população de rua. De efeito crítico, portanto, essa forma de representação está atrelada ao enfoque dos integrantes de grupos sociais marginalizados como motores de sua própria transformação – que, neste caso, é tratada no plano individual, a partir de esforços pessoais e mudanças na vida de cada um.

Esses dois vieses de representação – que, inclusive, chegam a aparecer simultaneamente em alguns textos – mantêm um importante aspecto em comum: é que, em ambos os casos, o que está em jogo é a busca e a condução de mudanças em direção a uma “vida melhor”. Muitas vezes associado a um tom de esperança e elogio da solidariedade entre os indivíduos, esse discurso de transformação atravessa as pautas d’*O Trecheiro* e remete à afirmação de uma “identidade em movimento”.

É curioso observar, nesse sentido, que essa construção identitária atribuída à população de rua atravessa o próprio título da publicação em foco – já que a escolha da palavra “trecheiro” remete à ideia de um indivíduo em constante deslocamento, movimentação –, bem como a imagem que acompanha o título na parte superior do jornal – que reforça, graficamente, a ideia do homem que se movimenta (ver imagem 4).



Imagem 4 – Imagem O Trecheiro.

As autoras Resende e Acosta fazem, a esse respeito, uma leitura bastante elucidativa. Segundo elas, o caminhar do andarilho que aparece junto ao título do jornal:

[...] se dá por uma estrada – o que se percebe pelas linhas tracejadas – em direção a um horizonte onde figura um sol nascente ou poente, representado graficamente com grandes raios. Essa imagem trabalha com a condensação de vários níveis de significado; ela complementa o sentido do título do jornal, retratando iconicamente as pessoas em situação de rua e representando o movimento pretendido pela Rede Rua, que busca a conquista, para a comunidade em situação de rua, de igualdades de oportunidade, que podem ser traduzidas pela expressão “lugar ao sol” (Resende e Acosta, 2011: 223-224).

16

Chegando, então, ao final deste trajeto, pudemos pontuar alguns dos principais mecanismos de representação da população de rua presentes no jornal *O Trecheiro*. É possível considerar, pois, que tal publicação configura-se como experiência de comunicação alternativa na medida em que, para além do fato de não ser orientada por princípios mercadológicos, apresenta alguns traços distintivos fundamentais em relação às formas de comunicação consideradas hegemônicas.

Assim, partindo de alguns elementos propostos por Cicília Peruzzo como marcantes do jornalismo popular-alternativo, é possível afirmar que *O Trecheiro* distancia-se da imprensa de caráter comercial em termos, sobretudo, de sua proposta editorial (conferindo atenção central à temática da precariedade social sob um enfoque crítico), de seus modos de organização (ligando-se a movimentos sociais) e de suas estratégias de produção (mantendo vínculos estreitos com a população de rua e tendo maior participação de integrantes dessa comunidade) (Peruzzo, 2009: 132).

Nesse quadro, as estratégias de representação da população de rua identificadas n’*O Trecheiro* apresentam-se como coerentes à sua proposta editorial de constituir um canal de relato e registro da memória e de acontecimentos ligados à vida nas ruas, conferindo visibilidade ao sujeito marginalizado e, não obstante as limitações na participação direta de pessoas em situação de rua na produção do jornal, estabelecendo uma comunidade de “trecheiros” leitores.

Referências Bibliográficas

COSTA, Cloves Reis da. *Jornal O Trecheiro: uma comunicação alternativa para e sobre a população em situação de rua* (dissertação de mestrado). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

COSTA, Alderon. “Só se deixar passar batom! Uma história de superação do crack na reconquista de si e de suas perdas”. *O Trecheiro*. São Paulo: Rede Rua de Comunicação, abril/2011, p. 2.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. “Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço”. *Galáxia* (n.º 17). São Paulo: PUC-SP, jun./2009, pp. 131-146. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2108>. Acesso em 22 jul. 2012.

RESENDE, Viviane de Melo; ACOSTA, María del Pilar Tobar. “Mudança discursiva no jornal O Trecheiro”. *Anais do I Colóquio Internacional Mudanças Estruturais no Jornalismo*. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.menor.com.br/index.php/menor2011/MEJOR/paper/view/13/6>. Acesso em 27 jul. 2012.

ROSA, Cleisa. “Brás: mais uma casa de convivência”. *O Trecheiro*. São Paulo: Rede Rua de Comunicação, março/2011, p. 1.

_____. “Marcha da Esperança ocupa Brasília”. *O Trecheiro*. São Paulo: Rede Rua de Comunicação, abril/2011, p. 3.

_____. “Dia de Luta”. *O Trecheiro*. São Paulo: Rede Rua de Comunicação, maio/2011, p. 3.

ROZENDO, Suzana. *Street papers, que tipo de jornalismo é esse?*. In: *Anais do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul*. São Paulo: Intercom, 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2011/resumos/R25-0428-1.pdf>. Acesso em 24 jul. 2012.